

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Especialização em Literatura Brasileira

Total de créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 12 a 24 meses

Inscrições: nos meses de outubro e julho

Especialização em Literatura Infantil

Total de Créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 12 a 24 meses

Inscrições: nos meses de outubro e julho

Especialização no Ensino da Língua Portuguesa

Total de créditos necessários para conclusão do Curso: 24

Duração: 18 meses

Inscrições: durante o mês de outubro

Público Alvo: candidatos com Licenciatura Plena em Letras ou áreas afins.

Documentos para inscrição:

2 Fotos

Xerox da Certidão de Nascimento ou Casamento

Xerox do Diploma de Graduação

Xerox do Histórico Escolar da Graduação

Xerox da Carteira de Identidade

Xerox do CIC

Curriculum Vitae

Taxa de Inscrição

Informações: fone - (51) 320.3676

Para um estudo enunciativo da categoria aspecto nos verbos do Português do Brasil¹

Valdir Flores²

1. Introdução

Este texto apresenta alguns princípios que considero básicos para um estudo enunciativo da categoria verbal Aspecto. Isso será feito a partir da problematização da noção de dêixis e tomando por referência a teoria da enunciação de Émile Benveniste.

Meu objetivo ao estudar o Aspecto de um ponto de vista enunciativo é abordá-lo como um "indicador de subjetividade" na linguagem, a exemplo do Tempo, do Modo e da Pessoa. Com isso, pretendo discutir as diferenças epistemológicas no tratamento da dêixis em lingüística, confrontando a perspectiva referencial/lógica com a enunciativa. Para tanto, darei, aqui, uma ênfase teórica ao estudo da problemática e deixarei para um momento posterior o desenvolvimento de metodologias de análise da categoria.

Tal discussão teórica inicial é pertinente na medida em que a revisão de significativas obras que tratam do Aspecto

¹ Este texto é parte integrante da fundamentação teórica do projeto de pesquisa "A relevância da noção de dêixis na interpretação semântica do aspecto verbal: um estudo enunciativo da categoria", desenvolvido junto ao Instituto de Letras da UFRGS.

² Doutor em Lingüística e professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. E-mail: valdir@lel.ufrgs.br

verbal possibilita identificar diferenças sobre a forma de abordagem da dêixis, em lingüística. Em outras palavras, alguns dos mais sérios trabalhos de descrição da categoria Aspecto, em português, como Castilho (1967)², Costa (1990), Travaglia (1981), Barroso (1994), Corôa (1985), Mateus (1987) e também de clássicos como Jakobson (1963), indicam que a oposição entre Tempo e Aspecto deve-se ao fato de que o primeiro é uma categoria dêitica, característica esta ausente no segundo. Entretanto, Émile Benveniste, em suas reflexões a respeito da "subjatividade na linguagem", afirma a natureza dêitica da categoria Aspecto sem, contudo, desenvolver essa tese.

Benveniste, em "A natureza dos pronomes (1956)", diz que:

"todas as variações do paradigma verbal, aspecto, tempo, (...), pessoa, etc. resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância de discurso..." (Benveniste, 1988:282) [grifo meu].

Chama a atenção tal afirmação, principalmente, se for considerado que o autor, nesse texto, define os indicadores de subjatividade - pronomes, advérbios, locuções adverbiais - pela relação que têm com a instância de discurso que contém EU - indicador de pessoa por excelência. Acrescenta o autor que,

"não adianta nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela dêixis; como se costuma fazer, se não se acrescenta que a dêixis é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa..." (Benveniste, 1988:280).

Parece claro que Benveniste tem um conceito de dêixis, no mínimo, distinto dos demais autores, motivo pelo qual é levado a afirmar a natureza dêitica do Aspecto verbal. Em função disso é que formulei, anteriormente, objetivos que deixam entrever minha postura, qual seja, desenvolver e aprofundar a discussão apenas sugerida por Benveniste. Assim, trata-se de iniciar uma investigação sobre o sentido que tem a dêixis para Benveniste como forma de entender o que o autor quer dizer quando afirma que o Aspecto é dêitico.

² Ataliba de Castilho fala em representação espacial do processo.

A seguir pretendo desenvolver mais a noção de dêixis formulada por Benveniste, entretanto, o que acabei de apresentar parece ser suficiente para justificá-lo como um problema de investigação. Saliente-se que não se encontra, na bibliografia específica, questionamentos quanto a essa disparidade conceitual (entre Benveniste e os demais autores), exceção feita ao texto de Fuchs (1988) "Aspecto verbal e dêixis", publicado nos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* n° 15, no qual a autora propõe uma abordagem dêitica do Aspecto com base em uma noção de "relevância temática", enquanto dimensão dêitica fundamental. Fuchs faz isso não sem antes dizer, em nota (cf. nota 1 do texto de Fuchs), que Benveniste é um dos poucos autores que reconhece a vinculação do Aspecto à dêixis.

Nesse sentido, acredito que este texto pode encontrar eco junto àqueles que se preocupam com os fundamentos teóricos da lingüística, ou seja, que buscam uma reflexão epistemológica de seu domínio de saber. Fazer epistemologia é, conforme Lalande (1996) em seu *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, um estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências que visa à determinação da sua origem lógica, seu valor e importância objetivas. Aqui como em outros trabalhos meus³, o termo "epistemologia" deve ser compreendido como a reflexão produzida a partir do esforço de estudar a lingüística de uma perspectiva que busca um certo grau de generalidade, situando seu conjunto teórico em um número de princípios diretos e axiomáticos. Tarefa essa que, acredito, não deve ser perfeitamente apenas a filósofos, mas a todos que buscam, na ordem dos conhecimentos, um encadeamento necessário à constituição de um paradigma.

Portanto, contrapor a base teórica que sustenta a interpretação não-dêitica do Aspecto à perspectiva benvenistiana, que afirma o caráter dêitico dessa categoria, é discutir os princípios que tornam possível uma determinada forma de análise da linguagem. Assim, o lingüista reivindica para si o lugar de epistemólogo de seu próprio saber.

³ cf. Flores, V. *Lingüística e Psicanálise: princípios de uma semiótica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. Nesse trabalho, explico e desenvolvo uma leitura epistemológica da lingüística estrutural, do lugar da psicanálise lacaniana, tendo em vista a revisão do conceito de sujeito em teoria da enunciação.

2. Das questões fundamentais

Para introduzir a questão do Aspecto como um problema de investigação, tomarei por base o trabalho de Costa (1990) que, além de ser de grande circulação no Brasil, tem o mérito de sistematizar um quadro da conjugação aspectual, utilizando para isso os verbos *ser, estar, ficar, andar, continuar, permanecer*, denominados de "auxiliares aspectuais". A autora acrescenta a autora os verbos *começar, ir e acabar* os quais permitem a construção de perífrases imperfectivas⁴ de fase inicial, intermediária e final.

De acordo com Costa (1990), se estão presentes no lexema verbal o traço [+ durativo], o número verbal singular⁵ e o tempo não-gnômico é possível a expressão imperfectiva (com pequenas restrições) dos verbos do português em todos os Tempos, nos Modos indicativo e subjuntivo e nas Vozes ativa e passiva.

Gostaria, a princípio, de tratar do traço [+ durativo] porque é a sua definição, vista como um critério de atualização aspectual, independente da dêixis, que esta reflexão busca problematizar.

A perspectiva de Costa parte do pressuposto da existência de universais lingüísticos - entre esses a categoria Tempo - os quais funcionariam como um suporte das construções lingüísticas em língua natural. Das entidades que podem ser atualizadas no tempo, a autora concentra-se nos acontecimentos, atos, processos, atividades e estados, atribuindo-os os traços semânticos [+/- durativo], [+/- dinâmico], [+/- permanente] e [+/- agente].

Desses, considera que as entidades que atualizam a categoria Aspecto são aquelas que comportam, na descrição le-

⁴ Para um trabalho detalhado da realização perifrástica em português ver também: BARROSO, H. *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo: visão funcional/sincrônica*. Porto, Portugal: porto Editora, 1994.

⁵ A autora, baseada em Cassirer (1980), não trata o número verbal ligado à categoria de pessoa, mas à presença (ou não) da repetição do fato verbal o que proporciona a oposição entre *simplicativo* (fato verbal que ocorre uma vez) e *repetido* (fato verbal expresso no iterativo ou frequentativo). Ex.: saltar X saltitar.

xemática, o traço [+ durativo], ou seja, a ausência desse traço não inviabilizaria a imperfectização, mas operaria uma restrição. Assim, a ausência do traço [+ durativo] em um verbo como *quebrar* não impediria a atualização do Aspecto desde que se imaginasse uma situação X para sua realização.

Várias palavras tomam o tempo por referência (advérbios, substantivos, adjetivos, verbos, etc.), entretanto, é sobre o verbo que se oporão, inicialmente, esta investigação. É sabido que em português, com exceção das formas nominais gerúndio e particípio, o tempo apresenta-se concomitantemente em duas categorias: a de Tempo e a de Aspecto. A diferença entre Tempo e Aspecto é a forma como se relacionam à dêixis, isto é, ambas as categorias são temporais pois referem-se ao tempo físico, entretanto, diferem entre si do ponto de vista semântico, já que uma refere o tempo interno (Aspecto) e a outra o tempo externo (o Tempo).

Segundo Costa, dêixis "...é a faculdade que têm as línguas de designar os referentes através da sua localização no tempo e no espaço, tomando como ponto de referência básica o falante." (Costa, 1990:15). Assim, tomar o tempo e o lugar nos quais está o falante para organizar sua própria fala é um recurso que o falante tem à sua disposição. O ponto-dêitico é, portanto, "...o ponto espacial e temporal em que o falante está situado no momento em que fala..." (Costa, 1990:16). Em português, a categoria de Pessoa é o eixo da dêixis, já que é ela que instaura o ponto-dêitico na enunciação.

O Tempo está marcado na língua em morfemas, lexemas e perífrases através dos quais os atos são posicionados em relação ao ponto-dêitico. Dessa forma, o Tempo seria uma categoria dêitica da mesma ordem que é a Pessoa, ou seja, o fato enunciado pode ser posterior (futuro), anterior (passado) ou simultâneo (presente) ao ponto-dêitico.

O Aspecto, por outro lado, não diz respeito à localização do fato no tempo da enunciação, mas do tempo no fato. As noções semânticas relevantes deixam de ser o presente, o passado e o futuro e passam a ser as de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim. A consequência é que o Aspecto é uma categoria temporal não-dêitica. Diz Costa:

"enquanto a categoria Tempo trata do fato enquanto ponto distribuído na linha do tempo, a categoria de Aspecto trata o fato como possível de conter frações de tempo que decorrem dentro de seus limites." (Costa, 1990:20).

Desse prisma, o traço [+ durativo] seria aquele que melhor informaria sobre a constituição temporal interna e que, portanto, implicaria uma atualização da categoria Aspecto. Não estou querendo com isso conduzir à conclusão de que há uma identidade entre o durativo e o imperfectivo, visto que a duração é apenas uma das formas aspectuais (aquela que indica continuidade), e o imperfectivo, por sua vez, também expressa fases internas e estado resultativo. A oposição aspectual fundamental, em português, é a que coloca em contraste a não-referência à constituição temporal interna com a referência interna do fato, isto é, entre termo não-marcado e termo marcado, ou ainda, entre perfectivo e imperfectivo.

Porém, quero chamar a atenção para o fato de que o traço [+ durativo] no lexema verbal ou em perífrases é o elemento que possibilita a oposição dêixis/não-dêixis. Em outras palavras, o lexema caracterizado semanticamente por esse traço estabelece a temporalidade interna sem referência dêítica.

2.1. Tempo / Aspecto e a questão da dêixis

Essa postura de diferenciar Tempo de Aspecto pela dêixis é comum na literatura especializada e pode ter sua origem remetida a Jakobson. Em seu clássico artigo sobre os "em-brayeurs", o autor classifica as categorias verbais a partir de duas distinções: entre enunciação (°) e matéria enunciada (°) e entre o ato ou processo (C) e alguém entre seus protagonistas (T). A partir disso, quatro rubricas são destacadas: (C°) ou acontecimento narrado; (C°) ou ato de discurso/processo de enunciação; (T°) ou protagonista do processo enunciado e (T°) ou protagonista do processo de enunciação.

As categorias verbais podem se subdividir em duas classes, segundo impliquem ou não os protagonistas do processo:

- a) as que implicam os protagonistas podem caracterizar ou os próprios protagonistas - (T°) - ou sua relação com o processo - (T°C°);
- b) as que não implicam os protagonistas caracterizam ou o próprio processo do enunciado - (C°) - ou sua relação com outro processo do enunciado - (C°C°).

Quando essas categorias caracterizam somente um termo do enunciado - protagonistas (T°) ou processo (C°) - são chamadas de *designadores*. Quando caracterizam um tal termo - (T°) ou (C°) - relacionando-o a um outro termo do enunciado - (C°C°) ou (T°C°) - são chamados de *conectores*. Ambos podem caracterizar o processo do enunciado e/ou seus protagonistas com referência ou não ao processo de enunciação - (C°) - ou a seus protagonistas - (T°). Quando há tal referência Jakobson denomina-os de "em-brayeurs", conseqüentemente, sua ausência é chamada de "não-em-brayeurs".

Lahud (1979) faz uma leitura bem similar à apresentada aqui e é ele que vai afirmar que, para Jakobson, o Aspecto verbal seria um *designador não-em-brayeur* pois os protagonistas não estariam implicados - seria apenas (C°).

Se se referir a noção de "em-brayeurs", atribuída à descrição das categorias verbais, à mesma noção apresentada por Jakobson neste mesmo artigo, em momento anterior, uma contradição se estabelece. O autor recorre à distinção peirceana símbolo/índice/icone para definir os "em-brayeurs", dizendo que esses elementos são os constituidores do código lingüístico que remetem necessariamente à mensagem, isto é, C/M. Por isso, os "em-brayeurs" seriam uma espécie de símbolos-índices já que combinariam a propriedade de associarem-se a um objeto representado por uma regra convencional com uma relação existencial com esse mesmo objeto. Ora, é nítido que, na definição das categorias verbais, o "traço" distintivo de embreagem não é a sobreposição das propriedades, mas a remissão (ou não) à enunciação. Finalmente, não se trata da relação C/M, mas enunciado/enunciação.

Sem a mesma profundidade de Jakobson, também Lyons (1979) afirma que o Aspecto não é uma categoria dêítica, pois não tem referência ao momento enunciado. Em *Semântica*

I. Lyons (1977) associa a discussão da dêixis ao estudo da referência singular definida, ou seja, tais expressões ligam-se ao fato de se identificar um referente não só através da nomeção, mas também fornecendo ao alocutário uma descrição suficientemente definida, em um contexto de enunciação, que permite atribuir-lhe a diferença em relação aos demais indivíduos do universo de discurso.

Mateus et alii (1987) também dedica uma parte de sua *Gramática da Língua Portuguesa* para tratar da categoria do Aspecto. As autoras declaram-se surpresas com o fato de que não existe um estudo adequado da categoria, nas gramáticas, visto que o português é uma das poucas línguas em que se encontra lexicalizada a oposição aspectual ser/estar.

Segundo Mateus et alii (1987) o Aspecto é uma

"...categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas descrito através de expressões de uma língua natural, (i) por seleção de um predicador pertencente a uma dada classe; (ii) por quantificação do intervalo de tempo em que o estado de coisas é descrito está localizado, e/ou (iii) por referência à fronteira inicial ou final desse intervalo, ou a intervalos adjacentes." (Mateus et alii, 1987:90).

Percebe-se que as autoras ao recorrerem à idéia de "modo de ser interno de um estado de coisas" também sinalizam para uma diferença dêitica. Isso fica mais claro se for comparada a noção de Aspecto com a de Tempo presente na mesma gramática. Quanto ao Tempo, dizem elas que tal categoria

"...exprime, no modo de enunciação experiencial, a ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito por uma predicação relativamente ao intervalo em que ocorre a enunciação da mesma, está gramaticalizada nos tempos verbais e exprime-se igualmente através de expressões com o valor de advérbios temporais e de conectores frásicos de valor temporal." (Mateus et alii, 1987:76).

O que as autoras entendem por "modo de enunciação experiencial" é explicado, em nota, como o modo de enunciação característico da interação verbal, que supõe um EU e um TU, e

uma referência espaço-temporal organizada a partir de aqui/agora da enunciação.

O último trabalho que ainda deve ser lembrado, dada sua importância para a descrição do português, é o de Travaglia (1981). Não o apresentarei na íntegra em função do grande número de informações que tem sobre a categoria Aspecto e sua expressão no português. Uma apresentação detalhada das obras aqui citadas transcende o principal objetivo que norteia o presente texto, qual seja, problematizar, de forma clara e objetiva, a noção de dêixis utilizada como critério de diferenciação entre Aspecto e Tempo. Assim, passarei de imediato à noção mais geral sobre a categoria, formulada por Travaglia (1981). Conforme o autor o Aspecto,

"...é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas de diferentes pontos de vistas, a saber: o do desenvolvimento, o do complemento e o da realização." (Travaglia, 1981:33)

Isso posto, parece possível sintetizar as perspectivas apresentadas da seguinte forma: todas apresentam a categoria Aspecto como não-dêitica, isto é, sem referência entre o fato predicado e a situação de fala, diferentemente do Tempo, que estabelece tal relação.

O que tentarei, a seguir, é discutir exatamente a noção de dêixis sobre a qual repousa essa distinção. Farei isso a partir da investigação dessa noção, na literatura especializada, tomando por referência, principalmente, a teoria da enunciação de Émile Benveniste. Isso se justifica pelos seguintes argumentos:

- a) Benveniste afirma, textualmente, em vários artigos, que todas as variações do paradigma verbal, entre elas o Aspecto, resultam da atualização em face da instância de discurso;
- b) a noção de dêixis mobilizada pelas teorias antes expostas é diferente de como Benveniste a entende, já que para esse autor é fundamental a idéia de subjetividade constituída na enunciação;

- c) rediscutir as bases sobre as quais estão assentadas as reflexões em torno da categoria Aspecto pode ampliar o escopo da noção de "indicadores de subjetividade";
- d) finalmente, estudar as diferentes noções de dêixis e sua aplicação ao estudo da língua é discutir as posições epistemológicas sobre as quais a linguística tem se desenvolvido.

3. Sobre a noção de dêixis

De acordo com o encaminhamento dado, este item deve estabelecer os princípios que caracterizam a noção de dêixis, em Benveniste, contrapostos aos que estão subjacentes às teorias que consideram a categoria Aspecto como não dêítica. Como essa discussão demandaria um aprofundamento teórico-conceitual inviável para os moldes deste tipo de publicação, opto apenas pelo esclarecimento dos principais termos pelos quais concebo essa investigação.

Cabe lembrar que minha questão não está restrita à investigação do conceito de dêixis, em diferentes perspectivas. Isso já está adequadamente feito por outros teóricos, como no excelente trabalho de Lahud (1979), mas objetiva descrever a categoria Aspecto a ele vinculado. Em outras palavras, investigar as diversas teorias que tratam da questão é, aqui, apenas um meio para um fim maior, qual seja, operacionalizar metodologicamente uma descrição de algumas construções aspectuais do português, baseando-se na noção enunciativa de dêixis. A pergunta que se coloca pode ser assim formulada: se Benveniste difere, no tratamento da dêixis, dos autores que estudam o Aspecto como não-dêítico, de que forma deve ser abordado o Aspecto, considerando-o como um dêítico?

O conceito de dêixis é rigorosamente estudado por Michel Lahud, em *A Propósito da Noção de Dêixis* (1979). Segundo ele, a definição referencial dos dêíticos, cujo bom exemplo é Frege, considera que a significação de um dêítico deve fornecer uma indicação que permita a identificação do objeto denotado, mas isso de forma que o conhecimento das circunstâncias da situação seja uma condição necessária para a determinação singular. Em Frege, os dêíticos são pensados numa estrutura ter-

nária (sinal/sentido/referência), na qual há uma relação fundamental do sentido com a referência.

Diferentemente de Frege, Benveniste concebe sua teoria da enunciação em consonância com alguns dos principais estandartes saussurianos. Entre eles, o princípio do signo como uma entidade pertencente à língua e que nela tem um funcionamento regido pela estrutura, portanto, independente da relação referencial. A semântica benvenisteana é estrutural na justa medida em que a enunciação é apresentada como ato de utilização da língua através de um aparelho formal pertencente à língua⁴.

A noção de dêixis desenvolvida por Benveniste não inclui a referência, já que o contexto epistemológico no qual é concebida ignora a dimensão referencial dos signos.

A dêixis, na vertente enunciativa, é um fenômeno característico de signos que não podem ser adequadamente descritos sem que sejam referidos ao emprego que o sujeito faz deles. De outra forma: para Benveniste, os dêíticos não apenas descrevem uma relação entre enunciado e enunciação, mas são elementos que permitem ao sujeito que enuncia, num dado momento, instaurar a relação do enunciado a si próprio.

Em Benveniste, a dêixis se organiza correlativamente com os indicadores de pessoa:

"Há aqui um traço novo e distintivo dessa série: é a identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa: esse será o objeto designado por ostensão simultânea à presente instância de discurso, a referência implícita na forma (...) associando-o a eu, a tu." (Benveniste, 1988:279).

Não parece absurdo, a partir disso, afirmar que a dêixis, nesse sentido, é uma categoria submetida à categoria de Pessoa.

⁴ Vários textos de Claudine Normand enfatizam a vinculação de Benveniste à teoria de Saussure. A esse respeito ver:

NORMAND, C. "Os termos da enunciação em Benveniste". In: OLIVEIRA, S.L. & PARLATO, E.M. & BABELLO, S. (Orgs.). *O Falar da Linguagem* (Série Linguagem). SP: Loyola, 1996.

_____. "Lectures de Benveniste: quelques variantes sur un itinéraire balisé". In: NORMAND, C. & ARRIVÉ, M. CRL - Université Paris X, 1997.

É evidente, nessa perspectiva, que o eu/tu são não referenciais, ou seja, "...essas formas 'pronominais' não remetem à 'realidade' nem a posições 'objetivas' no espaço ou no tempo, mas à enunciação cada vez única, que as contém..." (Benveniste, 1988:280).

Quanto à questão da oposição Tempo/Aspecto, apenas indicarei a forma como penso que deve ser tratada em teoria da enunciação e, para isso, recorro ao próprio Benveniste. Em "O aparelho formal da enunciação (1970)", ele diz que "...continuidade e temporalidade se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser...", isto é, promover a existência do traço [+ durativo] é uma manifestação da subjetividade na linguagem.

Resta dizer que minha proposta não objetiva encerrar a descrição aspectual, em português, em uma visão psicologista do sujeito. Embora este momento não permita maiores aprofundamentos sobre o estatuto do sujeito em uma teoria da enunciação, tenho defendido que a subjetividade da qual fala Benveniste é antes de tudo intersubjetividade⁷. Sobre isso, Benveniste escreve a respeito do tempo:

"O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de qualquer modo ele deveria ter o torna onipotente. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação lingüística." (Benveniste, 1989:78). [grifo meu].

⁷ Esta questão não é pacífica, em lingüística. Os argumentos que tenho para defender essa postura estão sistematizados em FLORES (1997) (cf. nota 3). Mas, vale dizer, conto com o apoio de alguns dos bons leitores de Benveniste. Entre eles está o trabalho de Martins (1990), quando diz que "sempre que alguém se manifesta lingüisticamente, assume o papel de eu numa relação interpessoal e conseqüentemente instaura, pelo ato mesmo de enunciação, o tu que o pressupõe nessa relação. Basicamente, esse é o conceito de enunciação desde que se tem pensado de maneira sistematizada no assunto - desde Benveniste e Bakhtin." (p.70). Acrescento a autora que "o pensamento desses autores coincide na preocupação antropológica de explicitar o processo de construção do sujeito..." (idem). Ver também o trabalho de Lahud (1979) e aqueles referidos na nota 6.

Postura essa que julgo de pleno acordo com a defendida pelo autor em "Da subjetividade na linguagem (1958)", quando afirma que "A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou (...). Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro." (Benveniste, 1988:285).

A partir do que foi exposto, é possível inferir que estou sugerindo que a definição não-déitica do Aspecto verbal, em teorias de origem principalmente lógica (exceto, obviamente, Jakobson), é uma decorrência do entendimento da dêixis. Tais teorias, quando tratam do assunto, limitam-no à dimensão referencial da linguagem, ao contrário de Benveniste que interpreta a dêixis numa dimensão enunciativa da linguagem. O problema central aqui é: a diferença entre nível referencial e nível enunciativo. É sobre isso que discorrerei, sumariamente, a seguir.

4. A Lingüística e a referência

Anteriormente, afirmei que a teoria de Benveniste está estreitamente ligada à de Saussure, motivo pelo qual suas reflexões em torno da enunciação não permitem contemplar a dimensão referencial da linguagem independentemente da questão da subjetividade. Em função disso, farei um pequeno rastreamento da perspectiva saussuriana sobre a relação linguagem/mundo, para, em seguida, formular algumas distinções entre a dimensão enunciativa - fundamentalmente lingüística - e a dimensão referencial - de ordem lógica.

4.1. A estrutura do signo lingüístico

A lingüística clássica estrutural, cuja origem deve ser remetida ao *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand Saussure, estabeleceu-se em função de uma rígida determinação de seu objeto e método. É graças a isso que a lingüística consolidou-se como a ciência mais influente nas ciências humanas em geral. Tal influência decorre dos empréstimos teóricos e metodológicos feitos a outras áreas do conhecimento, como por exemplo à antropologia e parte da psicanálise lacaniana. Não é gratuita, portanto, a afirmação de Pavel (1990) que o estruturalismo pro-

cedeu a uma inversão no processo de modernização das ciências, qual seja, não é mais a filosofia, mas a lingüística que submeteu o pensamento especulativo a uma ciência particular.

Ora, esse argumento só pode ser compreendido se, na história do pensamento, reconhece-se um divisor dado pelo princípio de conversão que é o arbitrário do signo. É ele que deverá assegurar, neste século, o acesso a uma região epistemológica muito produtiva: a lingüística estrutural. É dentro dessa concepção que se pode falar em pensamento "pré" e "pós-saussuriano". Como Saussure operou esse deslocamento? A partir da definição do objeto *língua* como um sistema de signos.

O signo é a "pedra de toque" da lingüística estrutural porque, com ele, estão garantidos os princípios da evidência e da simplicidade, necessários para o estabelecimento de um domínio que se quer circunscrito ao paradigma cientificista. Falar de signo, em lingüística, é falar da própria expressão da teoria, visto que, em Saussure, há um rompimento com a tradição greco-romana na qual era pensado como um conceito amplo e integrado à reflexão sobre a natureza das instituições. Em Saussure, há um conceito de signo lingüístico - expressão e objeto da sua própria teoria.

O problema que se coloca aqui é então: como Saussure trata da dimensão referencial da linguagem ao tomar o signo por base de sua teoria? Ou em termos epistemológicos: como é pensada a oposição entre a "ordem das coisas" e os fenômenos em lingüística?

No *Curso de Lingüística Geral*, não há lugar para a referência. A dicotomia língua/fala garante à lingüística uma divisão empírica e metodológica. Empírica porque se a língua é um sistema abstrato de relações internas isso depende do fato de que sua existência está ligada à existência da fala como um fato observável. Metodológica porque, com essa dicotomia, separa-se o objeto construído dos dados sobre os quais o objeto lança descrições. Conforme se entenda as inter-relações dadas a essas oposições tem-se lingüísticas diferentes: no primeiro caso, o funcionalismo de Jakobson. No segundo caso, a *Glossemática* de Hjelmslev.

O princípio do signo como uma entidade sem relação referencial e, portanto, não-representacionista, é produto da interpretação metodológica, segundo a qual uma língua deve ser descrita de acordo com suas relações internas, vistas como estruturas pertencentes a um sistema que é por elas constituído. Talvez seja essa uma interpretação mais formal da máxima que conclui o *Curso*: "a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma." (Saussure, 1975:271). Por isso, é importante formulá-la aqui, porque garante a exclusão do referente do objeto da lingüística.

Saussure diz: "para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas." (p. 79). Logo em seguida, porém, acrescenta que: "tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe idéias completamente feitas, preexistentes às palavras." (idem). Eis um princípio fundante da lingüística, o elemento não preexiste ao sistema, mas dele depende para existir. O signo, nessa concepção, não poderia representar nem referir nada, pois se isso fosse estaria sendo atibuída a ele uma essência anterior ao sistema.

Assim, "o signo não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica." (p.80). A esses elementos Saussure chamará de significante e significado. É correto, nesse sentido, entender a língua como um sistema puramente diferencial dentro do qual seus elementos adquirem sentido pelas relações negativas que mantêm entre si. Como diz Saussure: "na língua só existem diferenças" (p.139). Ou seja, o caráter estrutural do sistema é obtido a partir de uma negatividade fundante, ou em outras palavras:

"...na língua há apenas diferenças sem termos positivos. Quer se considere o significado, quer se considere o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema." (Saussure, 1975:139).

A pura negatividade é uma idéia derivada da noção de valor. É importante lembrar que, se o conceito de signo como a combinação de um significante e de um significado dá conta, de

um lado, da oposição e, de outro lado, da totalidade, ~~isso~~ deve-se também às características do signo, definidas por Saussure. São elas: a imutabilidade, a mutabilidade, a convencionalidade e a arbitrariedade. ~~Ossas~~ convém se deter um pouco na última, devido à polémica instaurada pelo artigo de Benveniste escrito em 1939, "A natureza do signo lingüístico", em ~~torno~~ especificamente da relação arbitrário/valor.

Este artigo é referido por toda a literatura da área, porque retoma a idéia original de Saussure para colocá-la numa instância adequada ao pensamento do autor. Porém, a polémica deve-se ao fato de que, atualmente, alguns autores, preocupados com a genética da teoria saussuriana, afirmam que Benveniste faz uma crítica ~~de~~ necessária ao Curso, visto que o princípio sobre o qual ela se constitui não é uma idéia de Saussure, mas dos organizadores do livro. Será apresentada, aqui, primeiro a leitura de Benveniste para a seguir contrapô-la à desses críticos para, finalmente, retornar à questão do referente em Saussure.

Benveniste, reconhecendo o alcance que a noção de arbitrariedade tem em lingüística, tenta clarear o sentido e a natureza dos argumentos utilizados por Saussure. O autor externaliza a relação saussuriana entre arbitrário e imotivado, apresentando como imotivada a relação do significante com o significado o que justificaria a variação de expressão para a mesma noção semântica em diferentes línguas.

Benveniste problematiza a afirmação de Saussure, segundo a qual a natureza do signo é arbitrária porque não tem com o significado nenhum laço natural na realidade. O autor diz que intervém aqui um terceiro elemento que não estava contido na definição de Saussure, ou seja, a realidade. Ora, tanto o significante como o significado se referem à mesma coisa, se aplicam à mesma realidade. "Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição" (p.54). Fica, assim, admitido que a língua é forma e não substância e, conseqüentemente, é admitido que a lingüística preocupa-se com as formas, necessitando, portanto, excluir a substância do signo.

Benveniste opta por uma nova definição para a relação significante/significado. Para ele, tal relação não seria mais arbitrária, mas necessária, deixando, assim, para o campo do arbitrário a relação do signo - tomado no seu caráter estrutural - com a realidade. É somente nesse caso que se pode falar de contingência, isto é, a comprovação de que a relação de uma realidade objetiva e um comportamento humano é arbitrária. Segundo Benveniste, há aqui uma transposição lingüística do problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, embora possa ser esse o argumento para não contemplar esse problema pois o problema do arbitrário está fora do domínio do signo. "O arbitrário só existe (...) em relação com o fenômeno ou o objeto material e não intervém na constituição própria do signo" (p.57)

Vale lembrar, no entanto, a recente obra de Simon Bouquet, *Introduction à la Lecture de Saussure* (1997), e um explicativo artigo também de Bouquet. "Benveniste et la représentation du sens: de l'arbitraire du signe à l'objet extra-lingüistique", que são baseados nas anotações originais de Saussure. Simon Bouquet afirma que Benveniste ignora que, já em Saussure, a necessidade da relação significante/significado é colocada como uma condição do arbitrário. Em outras palavras, essa relação é proposta por Saussure não como uma propriedade geral da língua, como quer Benveniste, mas como uma propriedade particular da relação entre significante e significado.

Admitida a crítica de Bouquet, o raciocínio de Benveniste, que poderia ser visto como inovador, perde a dimensão de interpretante da teoria. Entretanto, quanto à afirmação de Saussure de que arbitrário quer dizer imotivado, Benveniste diz que "não sonhamos em discutir essa conclusão em nome de outros princípios ou partindo de definições diferentes." (Benveniste, 1988:54). Nesse sentido, se, por um lado, o texto de Benveniste perde em ineditismo, já que suas idéias já estavam contidas nos originais de Saussure, por outro lado, o texto ainda pode ser considerado uma leitura correta da obra de Saussure, pois suas conclusões não contradizem os princípios saussurianos. Como a preocupação que se tem, aqui, é discutir o estatuto do referente no Curso, o texto de Benveniste parece

ainda conservar o valor heurístico para isso, motivo pelo qual será considerado no essencial.

O fundamental da leitura de Benveniste é o fato de que a noção de *valor* é recuperada e remetida ao lugar pensado originalmente por Saussure. Ou seja, Saussure afirma que a língua é um sistema de valores e que a combinação entre os elementos do som e do pensamento produz uma forma e não uma substância. Se, de um lado, significante e significado constituem o signo, por outro lado, ele se relaciona na totalidade com outros signos, pois a língua é um sistema no qual seus termos são solidários. Os valores são regidos por um princípio de semelhança e um de dessemelhança. Semelhança porque os valores podem ser comparados, dessemelhança porque suscetíveis à troca. Ora, se "na língua só existem diferenças", então o signo em sua totalidade tem em sua combinação um fato positivo, os signos não são diferentes mas distintos, pois "na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado se tomados separadamente" (Saussure, 1975:139).

Ducrot (1984) tem razão ao dizer que o parado do da natureza bifacial do signo impede de ver o seu significado como aquilo de que é signo (o referente), pois significado é diferente de designação: "...se o referente aparece no *Cours de linguistique générale* (1906-1911), é só de uma forma negativa, como entidade vazia, como algo com que o significado não deve ser confundido." (Ducrot, 1984:423). A partir disso, pode-se dizer que o valor garante ao signo uma certa "independência" quanto à realidade.

Os princípios da obra saussuriana são perfeitamente identificáveis no pensamento de Benveniste. Entretanto, isso não deve conduzir à conclusão de que a teoria da enunciação é uma simples continuidade do saussurianismo. A esse respeito Guimarães (1995) afirma o seguinte:

"Benveniste é, de um lado um estrito saussuriano e de outro busca romper a barreira do fechamento do sistema pelo estudo da significação, de modo geral, e mais particularmente, pelo estudo da subjetividade na língua. Por essa via ele procura manter o sistema como fechado em si, mas que tem paradigmas próprios para a constituição da subjetividade, ou melhor, da intersubjetividade da linguagem." (Guimarães, 1995:45).

Postura essa que assumo na íntegra, exatamente, porque tem o mérito de sintetizar a essência da perspectiva benvenistiana dos estudos em torno da enunciação.

4.2. A semântica referencial

Neste item, serão abordadas algumas teorias que estudam a linguagem numa dimensão referencial, portanto, em oposição a Saussure. As perspectivas estudadas estão, cada uma a seu modo, ligadas à filosofia da linguagem. São elas: a teoria fregeana do sentido e a teoria das descrições de Russel.

4.2.1. Sobre o sentido e o referente

Falar sobre o referente exige que se considere a teoria sobre o sentido e a referência desenvolvida por Gottlob Frege (1848-1925). Antes, porém, cabe lembrar que se é verdade que Frege é um dos filósofos que mais influenciou o pensamento semântico sobre a linguagem, não é menos verdade que fez isso do lugar circunscrito à lógica e à filosofia da matemática. Essa lembrança torna-se importante, neste contexto, porque situa epistemologicamente a teoria em relação a outros filósofos que mesmo influenciados por Frege realizam suas reflexões dentro de paradigmas diferentes. Análises da proposição tal como sugerem Russel e Wittgenstein só poderiam ser aproximadas do que faz Frege num sentido muito amplo de filosofia da linguagem.

Em "Sobre o Sentido e a referência" Frege propõe uma teoria do significado, questão essa cara aos filósofos, já que se preocupar com o "Ser" pressupõe poder definir algo sobre a essência. Em outras palavras: perguntar pelo Ser pressupõe perguntar pelo significado de "Ser".

O ponto de partida de Frege é a igualdade, entendida como identidade, isto é, " $a = b$ ", no sentido de que "a" é a mesma coisa que "b". Diz Frege:

"A igualdade desafia a reflexão dando origem a questões que não são muito fáceis de responder. É ela uma relação? Uma relação entre objetos ou entre nomes ou sinais de objetos?" (Frege, 1978:61).

Frases do tipo "a = b" podem ser substituídas por frases comuns na matemática como " $5+6 = 4+7$ ". Também em linguagem ordinária se pode substituir "a = b" por frases do tipo "a estrela da manhã é a estrela da tarde". A questão que move Frege é: se os nomes "a" e "b" se referem sempre à mesma coisa, de que natureza é a identidade? A identidade é entre objetos ou entre nomes de objetos?

Caso se trate de identidade entre objetos, diz Frege, então "a = b" seria idêntica a "a = a", ou em linguagem ordinária "a estrela da manhã é a estrela da manhã". A complicação dessa possibilidade deve-se ao fato de que haveria uma sinonímia perfeita em "a = b" e "a = a" ou entre "a estrela da manhã é a estrela da tarde" e "a estrela da manhã é a estrela da manhã". É óbvio que enquanto "a = b" estabelece uma predicação "a = a" estabelece uma redundância semântica, ou como diz Katz (1982) uma informação supérflua.

Por outro lado, caso se trate de identidade entre nomes de objetos, no sentido de que tais nomes sejam signos dos objetos, então "a = b" seria apenas uma identidade de nomes em que "a" e "b" sejam uma nomenclatura diferente para coisas iguais. Nesse caso, também se estabelece uma espécie de circularidade semântica, já que nada de novo acontece em relação ao conhecimento das coisas nomeadas.

Para evitar essas dificuldades, Frege propõe um terceiro termo que deveria figurar ao lado do nome e do objeto (referência), qual seja, o sentido - "o modo de se dar do objeto". Assim, uma frase como "a = b" teria sua identidade justificada, pois seus termos se referem ao mesmo objeto, fazendo isso com sentido distintos. Em linguagem ordinária "estrela da manhã" refere o mesmo que "estrela da tarde", entretanto, com sentidos distintos. No primeiro caso, trata-se da estrela mais brilhante ao amanhecer. No segundo caso, trata-se de um corpo celeste visível ao entardecer. A diferença entre dois nomes com a mesma referência seria, portanto, o sentido, ou ainda, "o modo de ser do objeto" que referem.

O sentido é, assim, o modo de designação dos objetos, isto é, o modo como a referência se dá. A relação estabelecida entre um nome e um objeto é o sentido. Este determina a referência porque determina a relação. Se, por um lado, a referência

é o objeto que se liga ao nome, de outro lado, o sentido não pertence à realidade mas à linguagem. Em outras palavras, o sentido pertence à organização lógica da linguagem⁶.

A identidade atribuída às expressões " $5+6 = 4+7$ " e "a estrela da manhã é o mesmo que a estrela da tarde" não deriva de sinais como "+" ou de expressões como "é o mesmo que", nem da materialidade dessas expressões, mas das coisas designadas por elas. O número designado por " $5+6$ ", ou seja, 11, é o mesmo designado por " $4+7$ ". Essa identidade referencial considera além dos números (ou palavras) e os seus referentes, um certo nível informativo e de conhecimento sobre a coisa referida.

Em Frege, é fundamental a noção de pensamento porque ela justifica a idéia de sentido. Assim, o conhecimento está estreitamente ligado ao pensamento, pois é causa da alteração deste. O sentido é entendido como o pensamento que é expresso pelos sinais (números, nomes, predicados). Esse pensamento é portador da verdade ou falsidade, visto que não se atribui verdade a palavras ou a objetos, mas ao sentido.

Assim, Frege evita que se veja nas palavras colocadas em relação de igualdade uma simples redundância semântica ou uma nomenclatura superposta à realidade, produto de uma convencionalidade que possibilita o uso de duas palavras para o mesmo referente. Ao contrário, Frege considera que duas expressões sobre o mesmo objeto constituem não uma explicação/definição desse objeto, mas a sua demonstração.

A demonstração é, exatamente, o fato de que duas frases matemáticas ou lingüísticas possam produzir o mesmo objeto a ser designado. No caso das expressões "estrela da manhã" e "estrela da tarde", o importante não é o fato de que são duas formas para falar do mesmo objeto, mas que as propriedades que a elas estão ligadas (último astro a desaparecer pela manhã e primeiro a aparecer pela tarde) encerram propriedades do mesmo Ser (o planeta Vênus).

⁶ Provavelmente não será apresentada, aqui, a continuidade da teoria fregeana que versa sobre a referência e o valor de verdade em outros constituintes da lógica tais como os predicados e as frases. Os objetivos deste trabalho exigem apenas que se investigue o lugar do referente em uma teoria da linguagem e isso já pode ser inferido a partir do que foi dito sobre os nomes.

Em resumo, pode-se dizer que Frege não identifica o significado com o objeto denotado de forma diretiva, mas defende que essa relação é mediada pelo sentido, ou nas palavras de Ducrot:

"...o referente, na medida em que é objecto das intencões inerentes à fala, ocupa a situação paradoxal de estar ao mesmo tempo fora e dentro dela. Introduzir a idéia de sentido permite, ou parece permitir, a separação clara do que é interior e exterior ao discurso. Torna-se possível pôr o referente fora do plano lingüístico. Mas, por isso, introduz neste plano, através da rubrica <<sentido>>, certos traços, certos caracteres do referente cujo função principal é permitir designar e localizar este último." (Ducrot, 1984:424).

4.2.2. As descrições definidas

Na perspectiva influenciada por Frege está o inglês Bertrand Russel (1872-1970) que, no entanto, recusa o estatuto fregeano que propõe uma relação ternária sentido/sinal (palavra)/referente (objeto). Russel abre mão do conceito de sentido por entender que o estatuto do sentido é um paradoxo, já que deveria ser ao mesmo tempo diferente do referente e estar em relação com ele para possibilitar a designação.

A questão de Russel é que os "nomes próprios"¹, entendidos como as palavras que designam entidades individuais da realidade diretamente experienciadas pelos sentidos, têm como significado aquilo ao que o nome se refere, isto é, o significado é o objeto com o qual se experiencia algo através dos sentidos.

Nessa perspectiva o "nome próprio" só pode ser entendido quando estiver em relação imediata e direta com o objeto. Sua designação e seu sentido são a mesma coisa. Segundo Ducrot, "o conhecimento da linguagem, neste ponto, cessa de distinguir-se do conhecimento dos objectos da linguagem: estes deixam de ser visados pela palavra e passam a ser-lhes co-presentes." (Ducrot, 1984:425).

¹ O termo "nomes próprios" aqui não pode ser entendido como "nome que designa um ser particular" tal como faz a Gramática Tradicional. Para Russel, nomes como "Homero" são abreviações de descrições e quando enunciados já contêm em si as dadas sensoriais.

A consequência desse raciocínio é que as descrições definidas são compostas por constituintes que dependem da relação sensorial para ter significado. Nessa mesma linha estão as sentenças que contêm descrições definidas. Também elas são constituídas enquanto uma combinação de "nomes próprios".

Torna-se compreensível a constatação de Katz (1982) segundo a qual a identificação do significado com a referência tem como meta básica supor a construção de uma teoria baseada no princípio de que o significado de uma expressão é a entidade, classe de entidades que a expressão refere. Katz, no entanto, alerta para o caso de o significado de uma expressão for identificado com as coisas às quais ela designa, então duas expressões serão sinônimas se se referem à mesma coisa. Possibilidade essa já afastada pelo raciocínio fregeano.

Outra dificuldade imposta à teoria russelliana aparece quando se considera expressões que não podem ter uma referência ou denotação. Ora, não seriam as sentenças que contêm tais expressões "anomalias" já que se a nada referem não poderiam ser consideradas nem verdadeiras, nem falsas? A esse problema Russel dá uma resposta célebre: trata-se da análise da sentença "O atual rei da França é calvo". O problema decorrente dessa sentença pode ser resumido em três perguntas: como considerá-la verdadeira se não existe um rei da França atualmente? Como considerá-la falsa se não se pode negar ao rei a propriedade "careca"? Como considerá-la sem sentido se é perfeitamente compreensível?

Russel responde a essas questões com uma análise lógica que tem por função explicitar a forma lógica da sentença, desvinculando-a da forma gramatical. O primeiro passo de Russel é destituir a expressão definida "o atual rei da França" da função gramatical de sujeito. Essa sentença é analisada por Russel como sendo formada por outras três asserções, resumidas, aqui, da seguinte forma:

- 1ª. existe ao menos um objeto X ao qual se pode atribuir uma propriedade P;
- 2ª. não existe outro objeto que não X ao qual se pode atribuir a propriedade P;
- 3ª. predica-se a respeito de X com a propriedade P.

As descrições definidas da sentença são eliminadas e transpostas em sentenças declarativas de existência (sensoriais) nas quais X tem uma propriedade P. No caso acima, se a 1ª sentença é falsa, pois o objeto contido não tem existência, então a 3ª sentença também é falsa já que depende da anterior. Para Russel, um conjunto de asserções é verdadeiro, se e somente se, todas as sentenças que o constituem também forem. Assim, é possível resolver os problemas colocados pelas questões anteriores sobre "O atual rei da França é calvo". Tal sentença tem um valor determinado (é falsa) decorrente da análise lógica das assertivas existenciais que a constituem.

A consequência do raciocínio de Russel é que todos os predicados pressupõem a existência do objeto sobre o qual predicam. O método de análise lógica, que faz a decomposição da sentença para identificar os elementos que a formam, estabelece uma relação direta dos elementos da sentenças com os elementos da realidade. Esse método corresponde, na verdade, a uma transposição da forma gramatical para a forma lógica, isto é, da linguagem ordinária para uma linguagem lógica que nada mais é do que a estrutura comum entre o fato e a sentença¹⁰.

Com essas reflexões Russel acaba negando que existam nomes próprios ou descrições definidas que designem um fato simples, necessitando, sempre, serem decompostos em asserções existenciais. O nome, por excelência seria aquele que não contém nenhum conteúdo descritivo, denominados de *egocentric particulars*¹¹.

Do que foi dito, é possível concluir que Russel acredita - e nisso está de acordo com Frege - que existe uma linguagem lógica com a qual se pode expressar a relação da linguagem ordinária com a realidade. A lógica seria o meio mais adequado para dar conta dessa relação porque sendo livre das imperfei-

ções do uso cotidiano expressaria de maneira clara a relação linguagem/realidade. A esse respeito diz Meyer (1982):

"Como Frege, Russel considera a linguagem natural enganadora e pensa que apenas a lógica pode mostrar, graças a um formalismo adequado, as relações inócuas que a utilização quotidiana e científica do discurso supõe." (Meyer, 1982:24).

Se, de um lado, Frege e Russel distanciam-se quanto à admissão do sentido como elemento que integra a relação referencial, de outro lado, comungam do princípio de que a lógica tem critérios que determinam a verdade ou falsidade da relação linguagem/mundo.

Nos dois casos - Frege e Russel - o referente tem um estatuto na atribuição de sentidos à palavra. Diferentemente de Saussure que nega o caráter referencial da linguagem em favor de uma teoria da bifacialidade do signo.

Nesse mesmo sentido está a teorização de Guimarães (1995). Segundo ele, o corte saussuriano (língua/fala) exclui da língua o mundo e os objetos, pois "...os signos não são etiquetados de objetos, são o que são pelas relações, de natureza semiológica, que têm uns com os outros. Ou seja, pelo valor que os constitui no sistema." (p. 23). Assim, parece adequado concluir que pensar a língua em relação com o mundo é diferente de pensá-la de acordo com os pressupostos saussurianos. Sendo Benveniste um leitor de Saussure, acredito que é possível afirmar que sua noção de dêixis é diferente, senão oposta, à noção lógico-filosófica. A primeira entendendo como sendo de ordem enunciativa e a segunda de ordem referencial.

4.3. Dimensão referencial versus dimensão enunciativa

Dadas as especificidades deste espaço, não me permitirei entrar em detalhamentos ontológicos e epistemológicos, mas sublinho que tratar da dimensão referencial da linguagem exige uma incursão pela filosofia. Estarei, portanto, restrito à interpretação feita por Deleuze, em seu *A Lógica do Sentido*, que, embora assentado em bases distintas das que assumo, indica uma leitura semelhante à minha dessas duas dimensões.

¹⁰ Talvez seja esse um ponto comum entre Russel e Wittgenstein. No menos no *Tractatus*. Toma-se, portanto, relevante a crítica que Russel faz ao *Tractatus*, na introdução desse mesmo livro, de que Wittgenstein ao negar que se possa dizer da estrutura comum existente entre linguagem e realidade, concebe um certo materialismo, já que dele só se poderia mostrar.

¹¹ Em lingüística, a teoria sobre os "egocentric particulars" de Russel é geralmente estudada para confrontá-la a outras perspectivas de tratamento da dêixis, discussão essa que será aprofundada no decorrer da presente pesquisa.

Deleuze, no primeiro capítulo da *Lógica do Sentido* apresenta o problema do *paradoxo do puro dever* para concluir que "...ocorre até mesmo a Platão perguntar se este puro dever não estaria numa relação muito particular com a linguagem: tal(...) parece um dos sentidos principais do *Crátilo*" (Deleuze, 1974, p.2) e logo no terceiro capítulo afirma: "A questão de saber se a associação das palavras e das imagens é primitiva ou derivada, necessária ou arbitrária, não pode ainda ser posta" (p.13). Deleuze fala, aqui, das singularidades de certas palavras que não se moldam ao universalismo, tais palavras são apresentadas sob o termo "indicadores", cunhado por Benveniste e devidamente referido pelo filósofo.

Isso posto, acredito poder formular o seguinte problema: que questões estão envolvidas quando se pergunta pela relação da linguagem com o saber real no mundo e com o sujeito que nela se constitui? Ora, todo o conceito sofre determinação - e por ele a capacidade de mutação - a partir do universo dos problemas no qual reivindica existência. A semântica da língua não escapa a isso. É com esse propósito que busco elementos para tratar dessa dupla dimensão da linguagem, geralmente, confundida porque vista em conjunto.

O percurso teórico que estou apresentando deve ser visto dentro de algumas linhas gerais. Em primeiro lugar, torno a leitura do *Crátilo* como um dado, sem contudo, resenhá-la, mas afirmo que dela dependo para localizar sua inserção na *Lógica do Sentido* com relação à teoria de Benveniste. Em segundo lugar, sugiro alguns encaminhamentos sobre a subjetividade e a dimensão enunciativa da linguagem como forma de circunscrever, teoricamente, o escopo da subjetividade na língua. Assim, o recurso à filosofia deverá figurar aqui como um argumento para sustentar a interpretação que faço de Benveniste.

Deleuze fala da propriedade que tem o *dever* em se furtar ao presente para entender a simultaneidade da permanência e do mutável. Ao dizer que "Alice não cresce sem ficar menor e inversamente" (p.1) afirma o paradoxo do *dever*. Segundo Deleuze, em Platão é possível distinguir a dualidade do permanente e do "dever-louco" que sem se confundirem com a do sensível e do inteligível "é mais profunda, mais secreta, oculta

nos próprios corpos sensíveis e materiais: dualidade entre o que recebe a ação da Idéia e o que se subtrai a essa ação" (p.2).

Descontextualizo essas passagens da *Lógica do Sentido*, sabendo da conseqüente redução de interpretação que isso implica, entretanto, mantenho esse encaminhamento porque me interessa aquilo sobre o que Deleuze chama a atenção, ou seja, a relação simultânea de *permanência* e de total *inapreensão* do mundo pela linguagem na produção do sujeito pela linguagem. Chego a essa interpretação a partir das seguintes formulações de Deleuze (nitidamente inspiradas em Platão): "o nome próprio ou o singular é garantido pela permanência de um saber" (p. 3). É esse saber que se desvanece quando o nome nada mais faz do que *comunicar* sua incapacidade de *comunicar* um saber que deveria ser recortado pela linguagem, mas que nela não encontra contraponto: "este saber é encarnado em nomes gerais que designam paradas e repousos, substantivos e adjetivos, com os quais o próprio conserva uma relação constante" (idem), mas que se desvanece na própria relação paradoxal em que "o paradoxo é, em primeiro lugar, o que destrói o bom senso como sentido único, mas, em seguida, o que destrói o senso comum como designação de identidades fixas." (idem)

Assim, ainda pergunto: como pensar a subjetividade na linguagem nesses termos? E mais: como pensá-la em termos lingüísticos, através da categoria de pessoa, a exemplo de Benveniste?

Benveniste é referido por Deleuze no capítulo três da *Lógica do Sentido*. Ali, Deleuze fala de três relações distintas na proposição, a saber: a designação/indicação (relação da proposição com estados de coisas exteriores); a manifestação (relação da proposição ao sujeito que fala e se exprime) e, finalmente, a significação (relação da palavra com conceitos universais). Ao tratar da designação diz que:

"o que conta, (...), é que certas palavras na proposição, certas partículas lingüísticas, servem como formas vazias para a seleção das imagens em todo e qualquer caso, logo para a designação da cada estado de coisas: estaríamos errados se os tratássemos como conceitos universais, já que são singulares formais, que têm o papel de puros 'designantes', ou, como diz Benveniste, indicadores. Estes indicadores formais são: isto, aquilo, ele, aqui, acolá, ontem,

agora, etc. Os nomes próprios também são indicadores ou designantes, mas de uma forma especial, porque são os únicos a formar singularidades propriamente materiais" (Deleuze: 1988, 14).

Soma-se a essa passagem a idéia de que:

"a manifestação se apresenta pois como o enunciado dos desejos e das crenças que correspondem à proposição (...). Pois há na proposição 'manifestantes' como partículas especiais: eu, tu, amanhã, sempre, alhures, em toda parte, etc. e da mesma forma que o nome próprio é um indicador privilegiado, Eu é o manifestante de base. Mas não são somente os outros manifestantes que dependem do Eu, é o conjunto dos indicadores que se referem a ele. A indicação ou designação subsumia os estados de coisas individuais, as imagens particulares e os designantes singulares; mas os manifestantes, a partir de Eu, constituem o domínio do pessoal, que serve de princípio a toda designação possível" (idem).

Sem querer discutir a validade de tal tricotomia dentro do sistema da *Lógica do Sentido* e mesmo no quadro teórico de Benveniste, citei longamente Deleuze porque nessas passagens reside aquilo que determinei como sendo o objeto de minha discussão, neste momento, qual seja: a diferença entre os níveis enunciativo e referencial da linguagem.

Deleuze vê uma diferença de natureza entre o que chama de "designantes/indicadores singulares" e os "manifestantes", pertencentes ao paradigma do *Eu pessoal*. Os primeiros, se relacionados a esse paradigma, são considerados "manifestantes" em um outro nível da linguagem: o da dimensão enunciativa. Assim, os designantes/indicadores deixam de pertencer à "relação da proposição com um estado de coisas exteriores" para, na dimensão enunciativa, "manifestarem" "a relação da proposição ao sujeito que fala e que se exprime". Para mim, o essencial dessas reflexões, ao menos na leitura que delas faço, é caminhar para a diferenciação de elementos lingüísticos, já que fazem emergir a dupla dimensão da linguagem: a referencial (relação com o mundo, talvez de permanência) e a enuncia-

tiva (relação com o próprio aparecimento da proposição, talvez da ordem do *devir*)².

Com base nisso, diria que o *paradoxo do puro devir* (ou ainda, o paradoxo da permanência e do mutável) é da ordem de uma divisão que postula a dupla dimensão da linguagem. E é na dimensão enunciativa, através das propriedades dêiticas do paradigma do *Eu*, que se pode localizar esse paradoxo³.

5. O estudo da dêixis é pragmático ou enunciativo?

Não pretendo responder integralmente a questão que serve de título a este item, mas penso que, tendo em vista tudo o que foi antes abordado, seja necessário dizer algo sobre a relação entre essas duas áreas.

Propor o estudo da categoria Aspecto dentro na perspectiva enunciativa significa apresentar a "teoria da enunciação" como um domínio circunscrito e metodologicamente distinto dos demais. Tomo por referência o detalhado trabalho de Guimarães (1995) como forma de argumentar que um estudo enunciativo não é sinônimo de pragmática.

Guimarães (1995), no capítulo que trata do "sentido como intenção do locutor" (p. 31-34), afirma o seguinte:

"Este tempo que caracteriza como o da pragmática e que, desde já, distingo dos estudos da enunciação, procura responder, (...), na significação, a questão do sujeito. E ele aparece na concepção intencionalista como um sujeito psicológico. A entrada deste sujeito traz para a consideração do sentido um sujeito individual que fala em situações particulares. E é esta relação que constitui o sentido que se comunica." (Guimarães, 1995:33) [grifa meu].

² Nesta última, coloca-se a subjetividade como necessidade de unidade de um saber que, mascarado da condição do inapreensível, revela-se na língua falho pela sua imagem de unidade. Talvez esse seja um caminho para contemplar o que Milner chama de *Lalangue* em seu *O Amor da Língua*. Para maiores discussões ver referência bibliográfica da nota 3.

³ Resta ainda uma questão, entretanto, a ser discutida. Propondo na apenas como provocação teórica a subjetividade que emerge na língua pela marca pessoal (como diria Benveniste) anula o *devir* ou apenas lhe confere um estatuto exatamente por negá-lo? O *devir* é dizível pelas formas do paradigma do *Eu*?

O autor também caracteriza a pragmática como distinta dos es u os lógicos (Tarski e Frege) que tratam do referente. Segundo ele, a(s) pragmática(s) trabalha(m) sobre um outro excluído do corte saussuriano, ou seja, o sujeito. Nessa perspectiva, "...o sentido não é a relação com o mundo, como na posição lógica (...), mas é a intenção do locutor em dizer algo para alguém" (p.31).

Finalmente, considero que a proposta que está sendo articulada, neste texto, deve ser vista como circunscrita aos estudos da enunciação, sem relação com um sujeito de intenção, tal como apresenta(m) a(s) pragmática(s), e contraposto ao estudo lógico-filosófico da dêixis.

5.1. Dêixis e Aspecto: observações finais

Gostaria, ainda, de formular algumas sugestões de encaminhamento com base em um corpus que chamarei de "provisório"¹⁴. Em uma pesquisa anterior¹⁵, foram gravadas e transcritas as falas obtidas a partir de entrevista semi-estruturada com alguns informantes nativos do português, denominados, respectivamente, de INF 1 e INF 2. Tais informantes possuem um alto grau de formação acadêmica, sendo que ambos são professores atuantes no ensino superior, portanto, são exemplos de uso do português culto falado. As transcrições foram feitas conforme as normas utilizadas pelos executores do projeto NURC¹⁶ (Norma Urbana Culta) nas transcrições dos inquéritos constitutivos do corpus daquele estudo. Para o exemplo considerado aqui foi transcrito apenas um turno de INF1.

¹⁴ A provisoriamente deve-se ao fato de que sua inserção, aqui, é uma forma de evitar o estabelecimento de conclusões com base apenas na intuição de falante nativo do português. Em outras palavras, o que passará a ser apresentado como um exemplo do uso aspectual em português não é um corpus constituído para esse fim, mas tem o caráter meramente ilustrativo. Ressalte-se que esse argumento é o mesmo utilizado por TRAVAGLIA (1981), o que leva o autor a estabelecer uma metodologia própria de coleta do empírico.

¹⁵ Ver: Flores, V. O papel da linguística na organização curricular dos cursos de Letras da IES do estado do Rio Grande do Sul com contribuição para o ensino de língua materna. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq em agosto de 1996.

¹⁶ Cf. Hilgert (1997).

É importante ratificar que as manifestações de INF 1 e INF 2 não foram obtidas tendo em vista os objetivos que formulei na introdução deste texto. Assim, para o aprofundamento deste trabalho deverá ser coletado um corpus específico, o qual será obtido a partir de um instrumento desenvolvido especialmente para a análise do Aspecto verbal¹⁷. Uma sugestão semelhante pode ser encontrada em apêndice no trabalho de Travaglia (1994).

Com base nos dados "provisórios", farei, a seguir, uma caracterização das ocorrências aspectuais no paradigma verbal, tomando por referência a teoria de descrição da categoria apresentada por Costa (1990). A partir disso, pretendo ilustrar os pontos que são objeto do encaminhamento que estou reivindicando para o Aspecto.

Serão consideradas abaixo apenas as ocorrências grifadas.

Ocorrências de INF 1:

() porque por exemplo no nosso curso nós temos as disciplinas ligada/da lingüística e temos... as disciplinas de língua portuguesa então a gente FAZ essa/essa separação que NAO necessariamente precisaria... existir... né?... mas... mas existe... ENTÃO a medida que eles vão fazendo essas disciplinas para ELAS eles vão conseguindo fazê um contraponto e vê... até... ah... vendo que... que a separação... de fato não existe... né?... não existe... que... que.../o... () que a língua portuguesa... ah... pode muito bem ser trabalhada... na perspectiva da lingüística.

No primeiro caso, diria Costa (1990) que se trata de uma perífrase imperfeita formada de verbo auxiliar aspectual (ir) + verbo (fazer) no gerúndio com expressão de duratividade. O Tempo - futuro do presente do indicativo - é marcado pela flexão verbal do auxiliar que indica um momento posterior ao qual o falante produz o enunciado. Nesse sentido, a oposição Tempo/Aspecto mostra-se aqui em função da dêixis. O Tempo

¹⁷ É importante lembrar que se trata, aqui, de um projeto de pesquisa em desenvolvimento junto à UFRGS. Portanto, outros textos deverão seguir-se a este, nos quais poderá ser aprofundada uma sugestão metodológica de análise dêixica do Aspecto.

é definido em relação ao momento de enunciação, enquanto que o Aspecto seria o estabelecimento do tempo no fato e não o contrário (como seria o caso do tempo).

Na segunda ocorrência grifada, tem-se um caso de perífrase imperfetiva formada por verbo auxiliar *aspectual* (*ir*) + verbo (*conseguir*) no gerúndio + verbo no infinitivo. O traço [+durativo] é obtido a partir da forma gerundial que, nesse caso, indica imperfetivo em curso. O tempo é marcado pela flexão do auxiliar que, juntamente com o verbo *conseguir*, forma o futuro do presente composto do indicativo. A oposição Tempo/Aspecto também aqui se mostra pela oposição dêixis/não-dêixis.

Esses exemplos são suficientes para servir como modelos de uma descrição da categoria Aspecto nos verbos do português, tomando por referência a dêixis, numa perspectiva diferente da enunciativa. Segundo Costa (1990), a diferença entre a expressão de Tempo e a de Aspecto, em português, é o fato de que o primeiro não se configura em uma opção do falante, ou seja, executando-se as formas nominais todas as formas verbais expressam automaticamente o Tempo. Isso deve-se à sua limitação à dêixis, "...que impõe limites rígidos ao falante, que não pode furtar-se ao seu próprio estar no mundo." (p. 29). Ao passo que o Aspecto é uma opção do falante que pode não querer expressar a temporalidade interna do fato que expressa:

"A diferença entre Tempo e aspecto quanto à escolha subjetiva do falante poderia talvez ser explicitada dizendo-se que a escolha do Aspecto é não obrigatória ('estilística') enquanto que a escolha do tempo é obrigatória..." (Costa, 1990:29). (grifo meu)

Se recusar a interpretação dêitica do Aspecto significa dizer que ele não estabelece relação temporal entre o fato predicado e a situação de fala, então estou de pleno acordo com Costa (1990). Entretanto, meu desconforto com essa constatação deve-se ao fato de que ela apenas considera que não há relação temporal dada pelo Aspecto, mas não ausência de referência dêitica.

Ora, se a representação espacial do fato é uma "opção" do falante, e se Benveniste afirma que a dêixis é um mecanismo que instaura uma referência ao sujeito na situação de enuncia-

ção, então parece claro que não se trata de ver o Aspecto como uma variação de estilo, mas como uma marca da subjetividade.

O encaminhamento desta pesquisa, a partir do que foi exposto, pode se dar dentro da seguinte reflexão: aproveitando a idéia de "escolha não obrigatória", ou ainda, "estilística" (cf. Costa) e considerando que Benveniste submete toda a categoria da dêixis à enunciação - o centro referencial do discurso - não seria o caso de pensar que o Aspecto depende da referência à própria enunciação que o contém? É sobre isso que pretendo desenvolver meus estudos e dos quais este texto é apenas um convite inicial à reflexão.

Referências Bibliográficas

- BARROSO, H. *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo: visão funcional/sincrónica*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988. (col. Linguagem/crítica).
- _____. *Problemas de Linguística Geral II*, SP: Pontes, 1989. (col. Linguagem/crítica).
- BOUQUET, S. "Benveniste et l'énigme du sens: de l'instance de discours et la théorie du signe". In: NORMAND, C. & ARRIVÉ, M. (Orgs.). *Emile Benveniste vingt ans après*. Université Paris X - Nanterre. Centre de Recherches Linguistiques, 1997.
- _____. *Introduction à la Lecture de Saussure*. Paris, Payot, 1997.
- CASTILHO, Analiba. *Introdução ao estudo do Aspecto verbal na Língua Portuguesa*. ALFA, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, v.12, p. 7-135, 1967.
- COSTA, S. B. B. *O Aspecto em Português*. São Paulo: Contexto, 1990.
- COSTA, C.F. *Filosofia Analítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- DELEUZE, G. *A Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- DUCROT, O. "O Referente". In: *Enciclopédia Einaudi: Linguagem e enunciação*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda: 1984.
- FLORES, V. *Linguística e Psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FUCHS, A. "Aspecto verbal e dêixis". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, 1988 (nº 15).
- GUTMARÃES, E. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- HILGERT, J.G. (org.) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre: diálogos entre informante e documentador*. (volume 1). Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1997.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. SP: Cultrix, 1969.
- _____. "Les embrayeurs verbaux et le verbe russe". In: *Essais de Linguistique Générale*. Paris: Minuit, 1963.
- KATZ, J. "O escopo da semântica". In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística - Semântica*. Edição financiada pelo organizador. SP: 1982.
- LAHUD, M. *A Propósito da Noção de Dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
- LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. SP: Martins Fontes, 1996.
- LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1977.
- MATEUS, M.H. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Alameda, 1987. (2ª ed. rev. e amp.).
- MARTINS, E. *Enunciação e Diálogo*. Campinas: SP, Pontes, 1990.
- MEYER, M. *Lógica, Linguagem e Argumentação*. Editorial Teorema: Lisboa, 1982.
- MILNER, J. C. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- NORMAND, C. "Os Termos da Enunciação em Benveniste", in: OLIVEIRA, S (et alii) *O Falar da Linguagem*. São Paulo: Editora Lovise, 1996.
- _____. "Lectures de Benveniste: quelques variantes sur un itinéraire balisé". In: ARRIVÉ, M. & NORMAND, C. (Orgs.). *Emile Benveniste Vingt Ans Après*. CRL - Université Paris X, 1997.
- PAVEL, Thomas. *A Miragem Lingüística - ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas: Pontes, 1990.
- PLATÃO. *Teatro Crítico*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.
- RUSSEL, B. "Sobre el denotar". In: SIMPSON, Thomas Moro (Org.). *Semântica Filosófica: problemas y discusiones*. Siglo XXI Argentina Editores S.A.: Buenos Aires, 1973.
- _____. "A filosofia do atomismo lógico". São Paulo, Abril, 1975. (Col. Os Pensadores).
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- TRAVAGLIA, L. C. O. *Aspecto Verbal no Português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: UFU, 1981. (edição revisada 1985 e 1994).